

## O GRAU DE ASSERTIVIDADE DA RECEITA AGROINDUSTRIAL NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Victor Hugo Rodrigues TAVARES<sup>1</sup>, André Henrique Sousa BARROS<sup>2</sup>, Gizele Fernandes ALMEIDA<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade de Rio Verde – UniRv, Ciências Contábeis, Graduando em Contabilidade, Rio Verde, Goiás, Brasil.

<sup>2</sup>Universidade de Rio Verde – UniRV, Professor e orientador vinculado à Faculdade de Ciências Contábeis Brasil, Rio Verde, Goiás, Brasil.

<sup>3</sup>Universidade de Rio Verde – UniRV, Professora e coorientadora vinculado à Faculdade de Ciências Contábeis Brasil, Rio Verde, Goiás, Brasil.

\*Victor Hugo Rodrigues Tavares: [victorhrtavares@academico.unirv.edu.br](mailto:victorhrtavares@academico.unirv.edu.br)

\*André Henrique Sousa Barros: [andrebarros@unirv.edu.br](mailto:andrebarros@unirv.edu.br)

\*Gizele Fernandes Almeida: [gizele@unirv.edu.br](mailto:gizele@unirv.edu.br)

**Introdução:** A precisão nas estimativas de receitas orçamentárias é fundamental para uma gestão pública responsável e sustentável, sendo a previsão de receitas uma ação exigida pela Lei 4.320/1964, em seu art. 30 e reforçada pelos controles da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ela garante planejamento realista de despesas, prevenindo *déficits* fiscais, cortes emergenciais em áreas essenciais na administração e investimentos promovidos pelos governos. Entre as receitas correntes sujeitas ao processo orçamentário destacam-se aquelas vinculadas à atividade agroindustrial, especialmente relevantes em municípios cuja dinâmica econômica é fortemente influenciada pelo agronegócio. O problema da baixa acurácia na previsão de receitas orçamentárias já foi observado em estudos nos municípios do Paraná (First et al, 2017), Goiás (Barros et al, 2025), Rio Grande do Sul (Zonato et al, 2014; Thesing et al, 2024), Minas Gerais (Teixeira, 2021) além de outros trabalhos que contemplaram o âmbito nacional (Silva et al, 2023; Cabello & Azevedo, 2023; Carneiro & Costa, 2021) e internacional (Anessi-Pessina & Sicilia, 2020; McQuestin, 2021; Boukari, 2018).. Relatórios do FMI apontam um viés otimista frequente nas previsões de receita, impulsionado por pressões políticas e limitações institucionais, o que afeta a estabilidade macroeconômica e a credibilidade fiscal. No Brasil, o desafio ganha mais notoriedade no Centro-Oeste, onde o agronegócio detém participação econômica relevante nas economias dos governos locais, sendo essas receitas, altamente voláteis e dependentes de *commodities*, onde são influenciadas por preços internacionais, condições climáticas e câmbio.

**Objetivo:** O objetivo é analisar o nível de assertividade das previsões das receitas agroindustriais nos municípios do Centro-Oeste entre 2020 e 2024. **Metodologia:** O estudo tende a identificar variáveis associadas às diferenças entre a previsão inicial e a realização das receitas, nos orçamentos municipais brasileiros. Para isso, foram analisados dados de 84 municípios entre os 466 municípios do Centro-Oeste, extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), da base Finanças do Brasil (Finbra). Os dados utilizados referem-se aos Anexos 1 (Balanço Orçamentário). **Resultados:** Os dados revelam redução contínua no número de municípios com receitas agroindustriais na região, passando de 83 em 2020 para 55 em 2024, uma diminuição de cerca de 34%. O estado de Goiás concentra a maior parte dessa arrecadação, embora tenha sofrido a queda mais expressiva, de 73 para 47 cidades. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul mantiveram variações menores, entre 3 e 6 municípios. A amostra é composta majoritariamente por municípios de pequeno porte, onde 52,38% possuem até 10.000 habitantes. Resultados superiores a 1,0 indicam excesso de arrecadação, enquanto valores inferiores evidenciam insuficiência. **Conclusão:** O monitoramento da precisão das previsões orçamentárias é essencial para assegurar a sustentabilidade fiscal, uma vez que no setor público a receita deve ser prevista e apresentada antecipadamente na Lei Orçamentária Anual (LOA). Estimativas erradas provocam desequilíbrios orçamentários, podem interromper políticas públicas importantes por falta de recursos, geram ineficiência na gestão, prejudicam a transparência e diminuem a capacidade de investimento nas regiões. Este estudo concentra-se principalmente na análise das discrepâncias entre as previsões de receita e os resultados efetivamente obtidos no setor agroindustrial.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Orçamento Público. Planejamento Fiscal. Previsão de Receita. Centro-Oeste.